

## GRANDE ENTREVISTA LUÍS PAÍS ANTUNES

# “Sem CIP e UGT podia haver um acordo, mas com um ‘A’ pequenino”

Na concertação social tentou-se sempre encontrar um ponto de equilíbrio, mas sabia-se que ninguém poderia sair completamente confortável.



Maria João Avillez  
deconomico@economico.pt

Diz de si mesmo que “não é de capinar sentado” e também diz “o que pensa às pessoas”. Subentendido: sejam elas quais forem, de ministros a empregados de café, passando por colegas ou adversários políticos.

Na juventude andou com fôlego pela extrema-esquerda tendo porém o talento de não se deixar consumir pela voragem da revolução de 74. Formou-se em Direito, foi crescendo na advocacia, impôs-se nas áreas da Concorrência e das Comunicações, ambas “da sua eleição” e onde hoje é um craque. E desde 2008, dirige o Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, um ‘think tank’ independente (criado em 1980 por Álvaro Vasconcelos) para “investigação e promoção do debate sobre questões internacionais e prioridades da política externa portuguesa”.

Há uma década, Luís País Antunes, 54 anos, consentiu-se um breve intervalo político, aceitando ser dirigente nacional do PSD e secretário de Estado dos então ministros Bagão Félix, primeiro, e Álvaro Barreto, a seguir. Tido – e respeitado – como um excelente negociador, firme, paciente, lúcido,

além de tecnicamente bem preparado. Conhecedor dos meandros do mundo do trabalho e de outros mundos – o de Bruxelas, por exemplo, onde esteve durante alguns anos – costumam bater-lhe à porta. Desta vez também: País Antunes foi “convocado”. Para negociar e ajudar a negociar muitas – ou melhor, todas – as etapas do acordo de concertação, recentemente assinado pelos parceiros sociais e pelo Governo de Passos Coelho. Após a maratona, guardou uma certeza: o país ficou melhor.

**Qual foi, exactamente, o seu papel nas negociações do acordo de Concertação Social? Diz-se que apareceu no fim, quando tudo ‘derrapava’ mas desde Setembro que dialoga com ministros da Economia, sobre estas e outras coisas...**

Direi que tive um papel de “facilitador”, tentando contribuir para o que considerava ser um desígnio nacional, face aos nossos desafios. E é verdade que ao contrário de algumas coisas que por aí se disseram não cheguei a este processo como aquele jogador de futebol que é contratado na época de Inverno para substituir o ponta de lança que não mete golos, e tal... Não! Desde Setembro que

converso com o ministro da Economia e...

**Santos Pereira chamou-o com a concertação na agenda?**

Sim. Tendo em conta a experiência que eu tivera em situações semelhantes ocorridas no passado, queria ouvir a minha opinião, conhecer melhor os processos, a metodologia, para desenhar um quadro mais geral.

**Mas tratava-se também de amparar a possível inexperiência do ministro que segundo sei, acreditava poder concluir as negociações muito mais cedo...**

O que havia – e percebi logo isso – era a intenção de ser tão rápido

“

**Não cheguei a este processo como aquele jogador de futebol que é contratado na época de Inverno para substituir o ponta de lança que não mete golos.**

quanto possível, ultrapassando os obstáculos que existiam. O calendário de execução das medidas da ‘troika’ é muito exigente. Embora a minha percepção fosse a de que estávamos face a um processo mais longo do que as nossas vontades. Para não dizer, bastante mais longo.

**Porque a margem de manobra era estreitíssima? E chegar a acordo era praticamente impossível?**

Sim. Este diálogo social, sendo embora absolutamente necessário – e por isso obrigatório – era, à partida, muito desigual, conheci-se já uma grande parte do resultado a sair da negociação: todas as medidas a que o Estado português se tinha obrigado internacionalmente, eram incontornáveis! Podiam ser adaptáveis mas eram incontornáveis. Ou seja, logo no início do processo de diálogo social há uma grande desigualdade entre os diferentes parceiros sentados à mesa o que obviamente, condicionava a própria agenda. Nem podia ser uma agenda de discussão limitada às questões laborais, nem aos compromissos que o Estado português já tinha assumido internacionalmente, tinha de se ir bastante para além disso!

**Está-me a dizer que houve uma estratégia e havia um fio condutor?**

Havia uma coisa e outra e isso foi claro desde o início das conversas que mantive com o ministro. A estratégia era a de negociar um acordo que fosse tão amplo quanto possível. Não faria grande sentido cuidar de um mero repositório das medidas previstas no acordo de assistência financeira porque essas estão lá, têm de ser cumpridas, há um calendário. Tratava-se, antes do mais, de criar as condições para a execução dessas medidas – tarefa que não é fácil e que continuará a não ser fácil, mesmo com o acordo... Sucede, porém, que os problemas da economia portuguesa e do próprio país não se limitam ao despedimento por inadaptação ou a alterar o regime do trabalho suplementar. Isso são parafusos de uma máquina bastante mais complicada e quero insistir neste ponto: se não resolvermos o problema de financiamento às empresas; a questão da reforma da Justiça, a reforma da política da concorrência, o combate à economia informal, a reprogramação do QREN – o quadro comunitário de apoio – não chega, de todo, mexer nas outras coisas. Em suma, era preciso encontrar uma solução, tão equilibrada quanto possível, que tocasse em todos estes pontos.

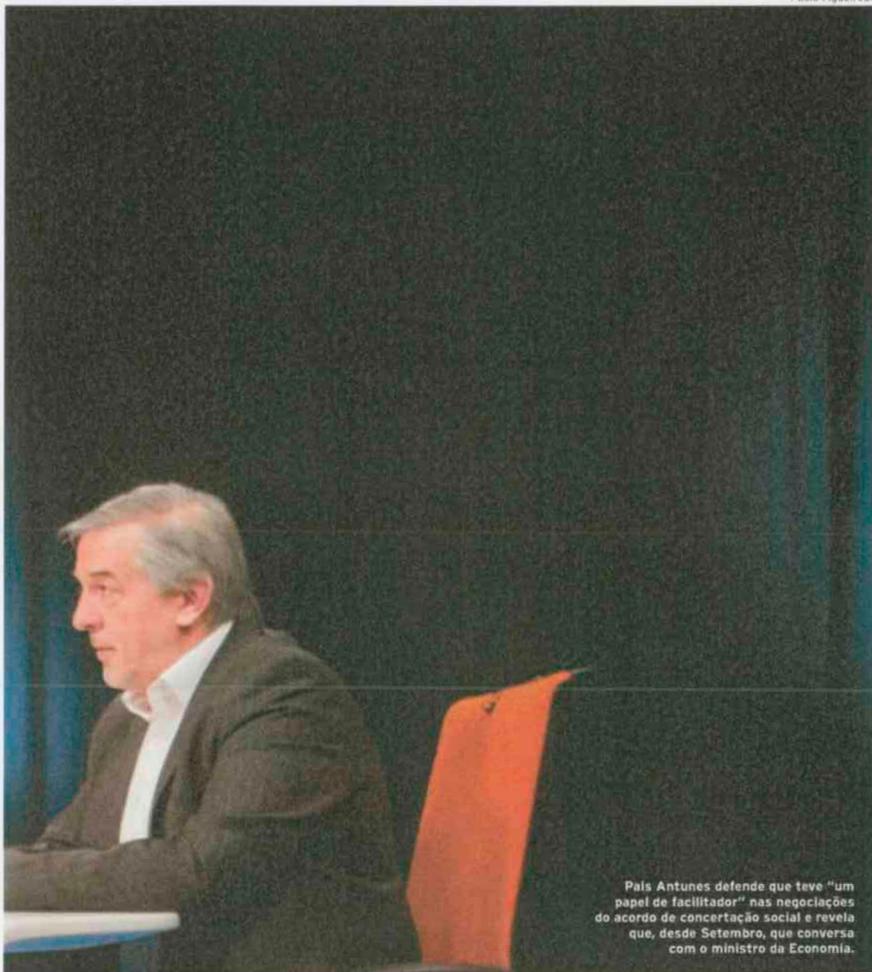
## PONTOS-CHAVE

“Vivemos num tempo em que, antecipar o que quer que seja, com seis meses de antecedência, é uma jogada de risco”, defende Luís Pais Antunes.

“Se no final do processo [de negociação do acordo de concertação] existissem vencedores e vencidos, o acordo seria sempre forçado, artificial. Tentou-se sempre encontrar um ponto de equilíbrio”.

“Existe uma tendência/tentação em Portugal de atribuir a causa dos males à lei, aos governos, aos outros... Quando o nosso problema devia ser «o que é que cada um de nós é capaz de fazer na sua empresa e no seu trabalho!»”

Paulo Figueiredo



Pais Antunes defende que teve “um papel de facilitador” nas negociações do acordo de concertação social e revela que, desde Setembro, que conversa com o ministro da Economia.

## “Duvidei quase sempre que o acordo chegaria a bom porto”

**A meia hora foi um factor de divisão, mas acabou por ser instrumental na solução.**

“Nas muitas conversas que tive com o ministro da Economia e também com os parceiros, sempre achei que a margem era estreitíssima” para negociar um acordo, reconhece Luís Pais Antunes. O responsável conta como se chegou a bom porto.

**Alguma vez, durante essas laboriosas negociações, duvidou da chegada a bom porto? Entre a urgência do calendário, a complexidade das questões, os estados de alma dos parceiros, a delicadeza da situação da UGT, a pressão do Governo, a CIP a esticar tanto a corda?**

Se alguma vez duvidei? Duvidei quase sempre. Nas muitas conversas que tive com o ministro da Economia e também com os parceiros, sempre achei que a margem era estreitíssima. Paradoxalmente, ou talvez não, é já no início de Janeiro, naquele célebre jantar numa varanda lisboeta que percebi que havia condições para um acordo.

**Porquê? Que aconteceu?**

Foi o momento em que toda a gente esticou a corda o mais possível.

**A mesa?**

Antes do jantar, nesse mesmo dia, houve uma reunião só entre parceiros onde cada um esticou a corda o mais possível, a CIP, a UGT e a CCP.

**Como sabe se não estava presente?**

Ah, porque esse ambiente se prolongou durante e depois do jantar...

**... Com o verbo exaltado?**

Verbo exaltado e cada um a pôr frontalmente todas as cartas na mesa... Chantagem? Não diria isso, uma negociação é sempre um processo complicado, todos deitam mão dos argumentos e definem as suas estratégias. Foi um momento de grande tensão, esticou-se a corda, mas paradoxalmente, lembro-me que no final, conversando com o ministro da Economia à porta do restaurante, lhe ter dito “a partir de agora isto só pode melhorar porque, para cada um, isto já foi um momento de libertação”. É que apesar da tensão, das posições extremadas de todos, incluindo o Governo, esse jantar teve uma real sequência. E prova dela foi a imediata decisão do ministro da Economia de adiar a sua viagem à Argélia – programada para a manhã seguinte – ao mesmo tempo que os parceiros

manifestarem ali a sua disponibilidade para voltarem a sentar-se à mesa, procurando uma solução.

**Alguém que olhasse para o vosso grupo percebia estar diante de pessoas particularmente tensas e divididas? Havia sinais exteriores disso no ambiente do restaurante?**

Havia. Um observador externo diria “daqui, não vai sair nada”.

Foi uma espécie de catarse da qual resultou o tal “amanhã sentamos-nos à mesa...”. No domingo seguinte reunimos quase todo o dia, com vontade de ir “fechando” as coisas. Começar a separar o que era problemático e o que não era, concentrando-nos, num trabalho muitas vezes de ourivesaria, nas questões essenciais...

**... Que eram?**

Refiro-me, desde logo, à forma de concretizar as obrigações assumidas no Memorando, mas também aos passos a dar em matéria de reforço das políticas activas de emprego e de formação profissional, de criação de condições para financiar as empresas, do combate à economia informal e à fraude e evasão fiscais, entre muitos outros aspectos.

**E pelo meio a história da célebre “meia hora”?**

Foi um factor de divisão, mas acabou também por ser instrumental, na solução. Ela já era uma solução alternativa à famosa diminuição da Taxa Social Única. E como desde cedo se percebeu que a meia hora nunca seria um ponto de consenso, a questão foi deslocada para outro plano: o da procura de uma solução alternativa substancialmente equivalente. Um processo negocial tem sempre diversos altos e baixos, se assim não fosse, provavelmente nunca haveria um resultado final.

**Pergunto de outro modo: o que era preciso para os parceiros assinarem?**

A vontade, o empenhamento. Mas repito: o facto de haver divergência quanto ao conteúdo nunca pressupôs que alguém estivesse ali sentado com reserva mental ou com um “ok, isto é um pró-forma, depois vou à minha vida e faço o que tenho que fazer...” Nunca tal ocorreu. ■

“

Desde cedo se percebeu que a meia hora nunca seria um ponto de consenso.

**E havia essa convicção? Viu vontade política, testemunhou empenho?**

Havia, nos principais parceiros, a convicção da necessidade de atingir um resultado. Por mais difícil que fosse e mais estreita a margem de manobra, havia uma real consciência, sobretudo naqueles...

**“Aqueles” quais?**

Não quero ser injusto, mas este acordo deve muito a três pessoas: o ministro da Economia, o secretário-geral da UGT, João Proença e o presidente da CIP, António Saraiva... Sim, quanto maior é o número de parceiros envolvidos no resultado final, maior o peso do acordo e a sua representatividade. Mas há parceiros incontornáveis e a CIP e a UGT são incontornáveis. Sem eles, podia haver um acordo mas com um “A” pequenino...

**la havendo, por parte do Governo, a preocupação de que o desfecho não produzisse vencedores e vencidos? Transmitem-lhe essa preocupação, por exemplo?**

Se no final do processo existissem vencedores e vencidos, o acordo seria sempre forçado, artificial. Tentou-se sempre encontrar um ponto de equilíbrio, sabendo-se de antemão que ninguém poderia dali sair completamente confortável. A ideia fulcral era de que todos pudessem rever-se, em maior

ou menor grau, no resultado final. **E o país?**

Ganhou. Em termos de conflitualidade social – será necessariamente menor, em resultado do acordo; ganhou em termos de soluções – financiamento das empresas, legislação laboral, combate à economia informal. Portugal ganha não só soluções consensuais que contribuirão para melhorar a nossa situação, como ainda na sua credibilidade internacional. É que não era apenas em Portugal que se pensava que este acordo era impossível...

**Traduza-lhe isso melhor.**

Sei que, externamente, havia uma

“

**Os problemas da economia e do país não se limitam ao despedimento por inadaptação ou a alterar o regime e do trabalho suplementar. Isso são parafusos.**

grande dúvida sobre a capacidade de conseguir juntar à volta da mesa, com sucesso, os parceiros envolvidos num processo que se sabia de extrema dificuldade...

**Mas está a falar de quem? Dos nossos credores, das pessoas que nos emprestaram dinheiro, do FMI, do BCE, da “Europa”?**

Em todos esses que enumerou. Falo com o mundo com alguma regularidade.

**Com quem? Não é pecado, nem segredo, ou é?**

Não quero referir nomes mas sim, são dessas instâncias, desses palcos, União Europeia, Fundo Monetário, analistas, pessoas que escrevem...

**E que lhe manifestavam as suas dúvidas...?**

Mais do que dúvida, exibiram ceticismo quanto à possibilidade – de conseguir um acordo. É suposto haver ainda algumas pontas soltas. Coisas por afinar... Há coisas por afinar. Haverá sempre, mas o essencial ficou feito. Se me pergunta, “mas não será necessário, daqui a seis meses ou daqui a um ano, ajustar aqui, mexer ali”, muito provavelmente, sim. Vivemos num tempo em que, antecipar o que quer que seja, com seis meses de antecedência, é uma jogada de risco. ■

03-02-2012

## GRANDE ENTREVISTA LUÍS PAIS ANTUNES

# Cavaco “teve uma magistratura de influência forte em vários momentos”

O actual modelo da concertação social está gasto e não permite chegar a resultado nenhum, diz.

Maria João Avillez  
deconomico@economico.pt

Cavaco Silva “teve uma magistratura de influência forte em vários momentos. Quer de forma pública, quer menos pública, marcou claramente” o objectivo de fechar o acordo de concertação “como algo de incontornável”, explica Luís Pais Antunes. O antigo secretário de Estado fala do ministro da Economia, do presidente da CIP e do secretário geral da UGT.

**Tem falado dos “parceiros” mas eles têm rostos. João Proença, por exemplo, e conhece-o bem, tinha ali certamente a posição mais delicada...**

Sem dúvida! Uma posição ingrata mas, simultaneamente de grande responsabilidade. É um sério e exímio negociador, de enorme persistência. Das pessoas à volta da mesa era a de longe a de maior currículo e mais anos de experiência. A UGT tinha, desde o início, grande vontade de celebrar o acordo por considerar que nas actuais circunstâncias seria mais vantajoso fazê-lo para tentar contrariar os efeitos negativos que decorrem do programa de assistência financeira. Conhecemos há uns bons anos, temos uma relação bastante cordata e cordial. Durante este processo estive mais de uma vez na sede da UGT a falar com ele. É uma pessoa confiável.

**E António Saraiva, da CIP?**

Conheço bem o presidente da CIP. Tem grande experiência do mundo laboral e do universo da negociação e também ele queria assinar o acordo. Não estando em posição tão ingrata como a UGT, estava apesar de tudo pouco confortável: quando chega à mesa da negociação sabe que, à partida, já tem garantido um leque suficientemente alargado de coisas que lhe interessam e que são os compromissos assumidos com a “troika”. Não é fácil lidar com essa vantagem porque o grau de exigência é muito maior. Numa negociação, as partes sentam-se à mesa para ganhar mais alguma coisa... António Saraiva, hoje um empresário que já esteve do outro lado - fez parte da Comissão de Trabalhadores da Lisnave - é alguém com grande experiência. Um hábil negociador que sabe levar a água ao seu moinho.

**Nos “retratos” que lhe pedi da concertação, falta o do Álvaro Santos Pereira que também conhece bem. Quanto vale política e profissionalmente o titular da Economia?**

Vamos por partes: independentemente do actual ministro, este Ministério é de uma terrível exigência...

**Diria que é ingerível? Uma arquitectura errada?**

Diria que em condições normais

seria certamente uma solução adequada às necessidades. Percebo a lógica, tem algum sentido, mas é uma nave muito complicada de gerir. Acumular a Economia, Obras Públicas, Transportes, Comunicações, Trabalho... dá uma visibilidade e uma exigência absolutamente brutais. O ministro é uma pessoa muito esclarecida, muito empenhada e digo-lhe isto com a maior franqueza. Conhecendo o seu trajecto profissional lembro-me de ao princípio, dizer para com meus botões “ele não sabe onde se está a meter”, tal o grau de desafio da sua tarefa! Mas rapidamente percebi que possui um grande empenhamento e um grande desprendimento. E se o facto de ser um ‘outsider’ tem os seus inconvenientes - conhece menos bem realidade, vem de uma cultura anglo-saxónica - tem enormes

### PROTAGONISTAS



**Álvaro Santos Pereira**  
Ministro da Economia

“O ministro é uma pessoa muito esclarecida, muito empenhada. O facto de estar envolvido em grandes frentes de batalha, faz dele um alvo fácil!”



**António Saraiva**  
Presidente da CIP

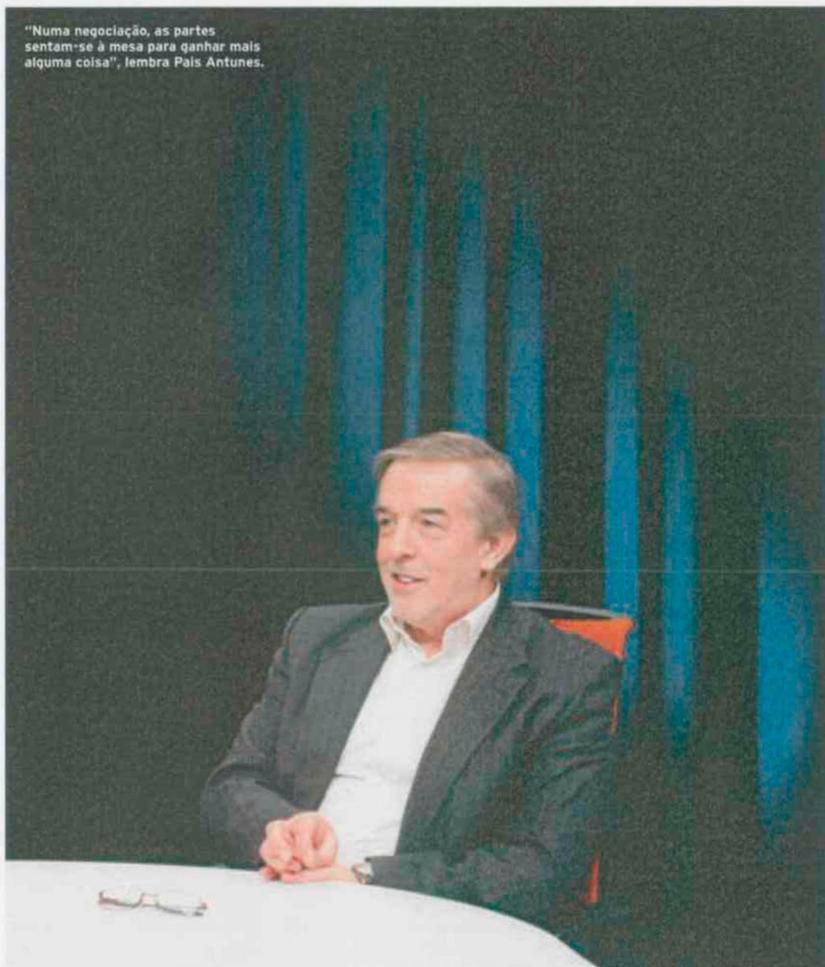
“Um empresário que já esteve do outro lado (fez parte da Comissão de Trabalhadores da Lisnave) é alguém com grande experiência. Um hábil negociador que sabe levar a água ao seu moinho.”



**João Proença**  
Secretário-geral da UGT

“É um sério e exímio negociador, de enorme persistência. Das pessoas à volta da mesa era a de longe a de maior currículo e mais anos de experiência.”

“Numa negociação, as partes sentam-se à mesa para ganhar mais alguma coisa”, lembra Pais Antunes.



Palma Figueiredo

vantagens! Do que não tenho dúvidas é que o facto de estar envolvido em grandes frentes de batalha, faz dele um alvo fácil! E o que também sei é que a sua posição sai muito reforçada com a celebração do acordo: o ministro da Economia, juntamente com o secretário-geral da UGT e o presidente da CIP - e o presidente da CCP, também com uma participação importante neste processo - foi o grande obreiro para alcançar este resultado.

**E o Presidente da República? Cavaco Silva também foi determinante para este desfecho?**

Teve uma magistratura de influência forte em vários momentos. Quer de forma pública, quer menos pública, marcou claramente este objectivo como algo de incontornável. Não vou dizer - seria deselegante - que houve pressão da sua parte mas, objectivamente, o Presidente deitou mão dos diferentes instrumentos que tem ao seu alcance, para ajudar parceiros e Governo a alcançar este resultado.

**Falou com ele. Foi a Belém?**

Directamente, não. Mas há várias formas de falar...

**Olhando para a frente: se o acordo era preciso como pão para a boca, a própria concertação social não carece ser revista?**

Sou um grande defensor do diálogo social e reitero que ele é muito importante. Mais: num contexto de dificuldades como o actual, não há soluções à margem do diálogo social. Sucede que este modelo de concertação social foi desenhado entre o final dos anos oitenta e o início de noventa e que desde então, o mundo mudou muito. E não sendo essa a principal prioridade hoje, devíamos começar a pensar em adaptar o actual modelo aos novos tempos.

**Como? Fazendo o quê? Outro figurino?**

Levar-me-ia algum tempo a explicar, mas desde logo um modelo mais expedito e mais participativo. O actual modelo tem um lado “pró-forma” muito grande, é demasiado previsível, gasta-se e perde-se demasiado tempo com o cenário! Ora há formas mais expeditas e repito, mais participati-

vas de assegurar o diálogo social. Não pode esgotar-se numa mesa que fica ali no Restelo onde, com regularidade, há grandes conclusões e grandes rituais... Isso é de outros tempos!

**Querias as pessoas a falarem umas com as outras, de uma forma mais informal, mais participada, mais eficaz?**

Sim. Não hesito em dizer que o actual modelo da concertação social está gasto e que, por si só, não permite chegar a resultado nenhum. Os resultados que vão sendo atingidos são por outras vias alternativas... e não à mesa da concertação social, ao longo daquelas longuíssimas reuniões! Não é lá que se fazem acordos. E sabendo eu que não existem soluções milagrosas também sei que não podemos confundir diálogo social com o actual modelo da concertação social.

**Alguém irá pensar nisso?**

Acho que sim. Apesar de como referi não ser uma prioridade no actual contexto é um tema sobre o qual vale a pena reflectir e há vontade política para isso. ■



03-02-2012

## GRANDE ENTREVISTA LUÍS PAIS ANTUNES

Paulo Figueiredo



**“Estar encostado ao Estado não é propriamente bom”**

**Portugal tem uma classe empresarial e patronal encostada ao Estado, dependente do Estado, com menor capacidade iniciativa do que aquilo que o país reclama?**

Sem dúvida. Mas felizmente, cada vez menos. Não necessariamente pelos bons motivos. Estar hoje encostado ao Estado não é propriamente um bom encosto. Há empresas, boas, más, muito boas, muito más. Como em tudo na vida, há um caminho longo a percorrer. Existe uma “tendência/tentação” em Portugal de atribuir a causa dos males à lei, aos governos, aos outros... Quando o nosso problema devia ser “o que é que cada um de nós é capaz de fazer na sua empresa e no seu trabalho”. O mundo do associativismo empresarial é, no mínimo, tão complicado como o do associativismo sindical ou do associativismo estudantil.

**Mas sobre o poder de atracção do Estado, veja o caso das nomeações para a EDP: não ocorreu a nenhum dos accionistas, procurar algum “ar” fora da área do poder ou da influência política. Isto não lhe deu que pensar?**

Deu-me um bocadinho que pensar. Não tanto pelas pessoas A ou B mas pelo reflexo que traduziu. Continua a existir uma espécie de condicionamento nas mentes de apostar “ali”, seguindo a lógica do costume. Não quebrando barreiras, nem cortando com tradições...

# “Portugal está melhor entregue politicamente”

“Nos últimos anos, houve um deslizar excessivamente perigoso”, alerta Pais Antunes.

Maria João Avillez  
deconomico@economico.pt

Luís Pais Antunes defende que “Portugal está melhor entregue politicamente”, mas admite que há diferenças de visibilidade entre os membros do Executivo. Contudo não vai tão longe quanto à admissão de que a composição do Governo é desequilibrada. “A própria realidade é que é desequilibrada”, frisa.

**Passos Coelho pareceu sempre fazer depender o desenvolvimento do país, o ressuscitar da economia, o começo de uma nova era, da viabilização do acordo de concertação. Como se houvesse um antes e um depois. Não é de alto risco? Ou... dá-lhe razão?**  
No fundo, e bem vistas as coisas, ele tem razão. Este acordo era um teste à capacidade de gerar um consenso suficientemente alargado, para fazermos aquilo que temos para fazer. Nesse sentido, concordo que há um antes e um depois. Se este objectivo tivesse falhado, teríamos um problema complicado.  
**O país está bem entregue política-**

**mente? Melhor do que estava?**

Portugal está melhor entregue politicamente. Nos últimos anos houve um deslizar perigoso, excessivamente perigoso. Sim, Portugal está melhor entregue mas está sobretudo numa situação de exigência extrema.

**O que pergunto é se os timoneiros são os certos para essa “exigência extrema”? Timoneiros seguros? Espero que sim.**

**Espera ou acha?**  
Acho que sim. Acho que neste caminho de pedras - um caminho

“

**Esta Europa desilude-me a cada dia que passa.**

**Não sou um político, sou um advogado, é a minha profissão, o meu destino.**

muito complicado, ainda pior que uma via sacra! o Governo tem levado a água ao seu moinho. Com alguma dificuldade, porque a situação é extremamente exigente. Mas com uma imensa determinação. É certo que mais nuns ministros, do que noutros, mas como se sabe, isso também depende, muitas vezes, das circunstâncias...  
**O Governo tem uma composição desequilibrada, é o que me está a dizer?**

Não diria desequilibrada. A própria realidade é que é desequilibrada, as necessidades são desequilibradas. Em alguns casos é mais uma questão de visibilidade. O que interessa é que com o nível de exigências que temos pela frente, seria muito difícil fazer melhor. **Seja como for, em cima da nossa cabeça há o pavor da Grécia, a aflição do euro, o desnorte do casal Merkoy, os temíveis mercados. Que opina desta União Europeia de Merkel e da austeridade sobre a austeridade?**

Esta Europa desilude-me a cada dia que passa. Para quem, como eu, lá trabalhou e viveu nas décadas de 80 e 90, custa a compreender para onde foram o espírito re-

formista e o ideal europeu. Temos um problema sério de liderança na Europa, mas o que mais me incomoda são os sinais de uma solidariedade cada vez menor entre os membros da União.

**Trabalha como advogado na PLMJ, que é uma sigla poderosa. Isso chega-lhe como destino ou há aí uma nostalgia de quando estava nos palcos políticos, como governante, na Comissão Política do PSD, etc? Trocou a política por negociações duras e uma advocacia bem sucedida?**

Já estava na advocacia antes de ter feito um interregno para o exercício político e partidário. Mas não sou político. Tive uma actividade intensa no período revolucionário...

**Noutras moradas políticas, na extrema-esquerda com o actual presidente da Comissão Europeia...**

...Sim e anos depois, voltei à actividade política, noutras áreas...  
**Mais burguesas...**  
Mais burguesas, chamemos-lhe assim. Mas repito, não sou um político, sou um advogado, é a minha profissão, o meu destino, estou muito contente com ambos! ■

## Fecho em ‘ponte’ só a partir de 2013

Afinal, só a partir do próximo ano é que as empresas poderão encerrar em dia de ‘ponte’, obrigando os trabalhadores a tirar um dia de férias ou a compensar o dia perdido noutra altura. A confirmação foi dada ontem pelo Ministro da Economia na final da reunião de Conselho de Ministros que aprovou as alterações ao Código do Trabalho.

A última versão da proposta do Governo indicava que este ano, excepcionalmente, as empresas teriam 15 dias, a partir da entrada em vigor da nova lei, para avisar os funcionários dos dias de ‘ponte’, em 2012, em que iriam encerrar. Mas essa excepção caiu. Tal como se previa, também o fim dos três dias adicionais de férias que hoje existem ligados à assiduidade vão desaparecer, mas só a partir de 2013. Já o fim de quatro feriados (5 de Outubro e 1 de Dezembro e, ao que tudo indica, Corpo de Deus, 15 de Agosto) terá efeitos assim que a lei entrar em vigor.



03-02-2012

## ENTREVISTA A LUÍS PAIS ANTUNES

### “Sem CIP e UGT podia haver acordo mas com um ‘A’ pequenino”

Maria João Avillez entrevistou o advogado Luís Pais Antunes que ajudou o Governo no acordo da concertação social. **► P 4 A 8**